

A INGLATERRA COMO ESPAÇO DE PROJEÇÃO DA MEMÓRIA E IMAGINÁRIO LINHAGÍSTICOS DA FAMÍLIA ALMADA

Carlos Riley

Em 1641, logo após a Restauração, D. Antão de Almada é enviado por D. João IV como chefe de uma embaixada ao Rei de Inglaterra e, na carta a este dirigida, o monarca português frisa que (passamos a citar) "me pareceo enviar logo a V. Mgde. por meus embaixadores a Dom Antão d'Almada do meu concelho que tem sua origem da antiga nobreza de Inglaterra" (1). Por meados do século XVII já se via assim consagrado, e pela boca do fundador da dinastia de Bragança, um dos aspectos mais prezados da memória linhagística dos Almadás: a origem inglesa da família. Situação a diversos títulos peculiar porque, primeiro, é o próprio rei português a corroborar a componente imaginária que molda o mito fundacional dos Almadás e, segundo, porque esse aspecto particular da sua tradição linhagística era, à altura, de uma extrema modernidade. Efectivamente, o primeiro autor a consagrar a raiz inglesa da família terá sido Duarte Nunes do Leão na *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal* cuja primeira edição data, precisamente, de 1600. Nela se lê, e nela terá porventura lido D. João IV, o seguinte:

"Entre aquelles fidalgos da armada (refere-se o cronista aos cruzados do Norte da Europa que auxiliaram D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa), os que erão Ingleses se contentarão do sitio da Almada, que lhes el Rei deu (...). Destes se cree, que erão os fidalgos que especialmente se appellidarão de Almada. E assi parece que os daquela família com alguma lembrança de seus passados serem Ingleses, quando sairão do reino a buscar honra pelas armas, sempre se inclinarão mais ao reino de Inglaterra, como patria originária, como João Vaaz de Almada, que fez grandes feitos em armas

em Inglaterra, por que ganhou muita honra, e a ordem de Garrotea, e Dom Alvaro Vaaz de Almada seu filho, que depois de muitos feitos honrosos, que fez em Inglaterra, ganhou a mesma ordem" (2).

Detenhamo-nos sobre esta passagem que tudo indica constituir a base fundamental da ficção linhagística que, de 1600 em diante, envolve a memória familiar dos Almadadas, para procurarmos pôr em evidência os seus aspectos mais significativos. Note-se, primeiro, que o fundador inglês da linhagem é contemporâneo de Afonso Henriques, ou seja, da fundação da nacionalidade portuguesa e da conquista definitiva de Lisboa aos mouros, desta forma o antepassado inglês dos Almadadas, além da origem estrangeira, conferia à linhagem uma outra qualidade, a da ancestralidade, a de ser tão antiga como Portugal. Repare-se nesta trama imaginária que, vulgarizada a partir da dinastia de Bragança, projecta nos primórdios da dinastia de Borgonha a origem de uma família cuja estruturação linhagística e tradição de fidalguia não vão mais além do advento da dinastia de Aviz e, sobretudo, assinala-se o facto de nessa trama se encontrarem candentes quer o modelo do *antepassado mítico*, posto em evidência por Georges Duby na literatura genealógica dos séculos XI-XII, (3) quer o arquétipo do *fundador vindo de fora* de que nos fala Gilbert Durand na sua análise dos mitologemas que compõem a história portuguesa (4). Em segundo lugar, queríamos chamar a atenção para o relacionamento que o cronista estabelece entre a origem dos Almadadas e os feitos cavaleirescos praticados em Inglaterra por dois membros dessa família na primeira metade do século XV. Essa relação torna-se tanto mais interessante quanto tudo indica ter sido por via de João e Alvaro Vaz de Almada que se introduziu aquilo que chamaremos de componente inglesa da memória familiar. Essa componente que se teria caracterizado, historicamente, pelo serviço prestado por duas gerações dos Almadadas à coroa inglesa no contexto final da Guerra dos Cem Anos foi, quase dois séculos volvidos sobre os eventos que lhes conferiram o seu prestígio cavaleiresco, retroprojectada imaginariamente no mito fundacional da família. Evidenciemos, por último, o acopolamento tardio deste mito fundacional à memória linhagística; efectivamente, nem as poucas evidências que chegaram até nós da literatura genealógica do

século XVI o registam, nem o testemunho directo de um membro da família, o filho primogénito do próprio Alvaro Vaz de Almada em carta escrita por volta de 1464, dá dele qualquer sinal e, aliás, o que transparece deste curioso documento é a preocupação de João de Almada demonstrar que os foros de fidalguia da família não foram adquiridos em tempos, e por via, de seu pai, remontando, antes, à terceira geração familiar, ao seu bisavô Vasco Lourenço de Almada, privado do rei D. Fernando. Acrescente-se, por último, que o suporte da consciência familiar de João de Almada é constituído, como ele próprio o diz, pelas crônicas de D. Fernando e D. João I não assentando, portanto, no quadro da literatura genealógica portuguesa dos séculos XIII-XIV,

Lançados os diversos termos deste enredamento linhagístico procuremos agora levantar, uma a uma, as escamas imaginárias sobrepostas ao núcleo histórico que enquadra o momento fundacional do prestígio e tradições desta família. Como iremos ver, o papel desempenhado pela Inglaterra e, mais propriamente, pela coroa inglesa, constitui, em grande parte, o fundamento histórico da aquisição e transmissão do prestígio familiar entre os Almadas sendo, aliás, nessa medida que decidimos assim intitular e perspectivar esta comunicação.

Começando, como é aconselhável, pelo princípio tentemos definir a tipologia social desta família nos finais do século XIV partindo do primeiro Almada de que possuímos uma evidência documental segura, tanto mais segura quanto se trata de um testamento pelo qual Vasco Lourenço de Almada, o tal bisavô que a memória de João de Almada alcançava, institui um morgado para os seus descendentes directos. Este Vasco Lourenço de Almada, que a memória familiar enaltecia como mordomo e conselheiro do rei D. Fernando, seria um dos membros proeminentes da oligarquia urbana de Lisboa e a sua proximidade com o poder real decorreria, certamente, mais da posição que ocupava na esfera económica do que da fidalguia do sangue que lhe corria nas veias. Teria sido ele, ou seu sogro, um dos cidadãos abastados de Lisboa que insistentemente reclamaram ao rei a construção da cerca fernandina da cidade; preocupação típica do burguês que possuía casas na parte mais rica e exposta de Lisboa,

preocupação elementar e prosaica de defesa perante a iminência de uma guerra que cada vez menos se ganhava, ou perdia, a golpes de espada. É pois em torno deste homem, tão estranho às representações cavaleirescas a que se encontrariam mais tarde associados outros membros da família, que podemos situar com relativa segurança o início da estruturação linhagística dos Almadás. O filho deste comerciante de Lisboa, herdeiro do morgado de Almada, encontrará nas guerras joaninas contra Castela e, sobretudo, no firme apoio que desde a primeira hora demonstra ao Mestre de Aviz, a via de acesso à fidalguia que, simbolicamente, podemos retratar no momento em que D. João I o arma cavaleiro em Aljubarrota. Sobre este cavaleiro, João Vaz de Almada, já começam a abundar as referências, tanto nas fontes documentais como literárias, e é com ele que se parecem ter inaugurado as ligações dos Almadás a Inglaterra embora devamos ressaltar que, no âmbito de uma família lisboeta ligada ao comércio marítimo, não seria de estranhar que já houvesse uma familiaridade prévia entre alguns dos seus membros e o reino inglês. Seja como for, é de João Vaz de Almada que possuímos evidências documentais de estadias em Inglaterra, primeiro como embaixador de D. João I para tratar do casamento da Infanta D. Beatriz com o Conde de Arundel e, segundo, na sua possível qualidade de comerciante, ou armador, a adquirir 400 lanças, isentas de imposto pelo rei inglês, destinadas a D. João I e, presumivelmente à conquista de Ceuta. Que eram significativos os contactos de João Vaz de Almada com as camadas mercantis e financeiras inglesas e que ele próprio se enquadrava nesse domínio, comprova-o uma carta de D. João I em que este ordena o pagamento de avultada dívida contraída por ele junto de alguns mercadores londrinos e na qual João Vaz de Almada se encontrava envolvido. A esta ligação com a Inglaterra e os meios mercantis londrinos não seria certamente estranha a posição que os Almadás pareciam deter no domínio náutico. Recorde-se que a partir de João e Álvaro Vaz de Almada, o cargo de capitão-mor do reino foi-se transmitindo dinasticamente no seio desta família até ao reinado de D. Sebastião e que frequentes vezes, na primeira metade do século XV, João Vaz de Almada e os seus filhos nos surgem a capitanejar galés incorporadas nas frotas que se dirigiam para Ceuta,

Detinham, além do cargo de capitão-mor, a propriedade de algumas embarcações, como se comprova por um testemunho de Zurara sobre Álvaro Vaz de Almada, e é possível que o pinhal coutado a João Vaz de Almada no termo dessa vila por D. João I não estivesse exclusivamente relacionado com a preocupação deste nobel fidalgo caçar lebres, ou perdizes, mas antes traduzisse a presença dos seus interesses no domínio da construção naval, relativamente à qual possuir madeira de pinho nas imediações de um grande porto como Lisboa era deter uma posição economicamente invejável. Se insistimos nestas conjecturas que, levadas ao extremo, quase nos conduziriam à caricaturização destes Almadadas como "cavaleiros anfíbios", é porque, em contrapartida, parte do que seria a sua efectiva natureza social permanece oculta sob a representação dos modelos de comportamento cavaleiresco tardio-medievais. Efectivamente, Álvaro Vaz de Almada aparece-nos representado de acordo com os modelos característicos do crepúsculo cavaleiresco do século XV; e os episódios a ele associados, desde as andanças com D. Pedro pelo extremo leste da Europa até ao pacto de morte cumprido em Alfarrobeira, passando pela participação no torneio dos Doze de Inglaterra, apresentam-se-nos conforme aquilo que Georges Gusdorf definiu, com rara felicidade, de figuração romântica "avant la lettre" do Cavaleiro medieval (5). Álvaro Vaz de Almada foi, de entre os membros da sua família, aquele que conheceu um destaque mais amplificado e, ao mesmo tempo, tudo indica ter sido em seu torno que se architectaram imaginariamente os feitos cavaleirescos dos Almadadas em Inglaterra. Embora não seja possível estabelecer uma cronologia muito precisa dos serviços prestados por este cavaleiro à coroa inglesa podemos, contudo, adiantar com relativa segurança que eles se processaram no decurso das campanhas lancastrianas na Normandia, entre 1415 e 1450. Prova insofismável e prestigiante do reconhecimento da coroa inglesa pela actuação de Álvaro Vaz de Almada nas "Guerras de França", são as cartas régias de Henrique VI que o nomeiam cavaleiro da Jarreteira e lhe atribuem o título de Conde de Avranches juntamente com a pensão anual vitalícia de 100 marcos. Estes documentos datam de 1445 e as respectivas mercês reportam-se, também, aos bons serviços do cavaleiro português no rei-

nado de Henrique V o que, portanto, sugere uma relativa regularidade e dispersão nas aproximações de Álvaro Vaz de Almada a Inglaterra. Da mesma forma que a carta régia pouco adianta sobre a cronologia dos serviços, também a sua natureza não nos surge muito explícita embora seja relativamente evidente que eles se teriam situado no domínio da guerra ou em actividades de suporte militar, designadamente na ponte marítima que, ao longo do Canal assegurava a ocupação inglesa da Normandia. O que, no entanto, importa reter é, por um lado, a função prestigiante que estas mercês régias inglesas desencadearam na memória familiar dos Almadás e, por outro, a forma como a participação de Álvaro Vaz nas guerras de França parece ter sido extrapolada e estendida à pessoa de seu pai João Vaz de Almada, e irmão primogénito, Pedro Vaz de Almada. Comprovando estes aspectos temos, uma vez mais, Duarte Nunes Leão, mas desta feita na *Descrição do Reino de Portugal*, a relatar-nos as proezas militares da tríade familiar na Normandia cujo balanço, segundo o autor, se saldou pela atribuição da dignidade de cavaleiros da Jarreteira a todos estes Almadás. É nesta passagem que, em nossa opinião, se consagra a componente inglesa da memória e imaginário linhagísticos dos Almadás.

"João Vaz de Almada (...) tendo diferenças com Gonçalo Pirez Malafaia Regedor da casa do civel o esperou hum dia sahindo da Relação e aa porta della o afrontou e ferio. Polo que se foi a Inglaterra com dous filhos, conuema saber Pedro Vaz e Alvaro Vaz de Almada homens mui esforçados, onde sendo mui bem recebidos delRei, o acompanharão na jornada que fazia a França; e foram grande causa de se tomar a cidade de Ruão entrando sob a ponte nas galês em que fizeram tantas proezas que ganharam muita honra e a ordem de cavalleria da Garrotea".(6)

Provavelmente o comportamento militar destes portugueses, no contexto de uma guerra de cerco defensiva em que sobretudo se procuravam evitar batalhas campais, haveria sido tão prosaico como os motivos que os tinham levado a refugiar-se em Inglaterra. Provavelmente não teria havido lugar para proezas cavaleirescas, no

sentido individual e estereotipado do termo, numa época em que os instrumentos de arremesso e a artilharia detinham um significativo ascendente militar sobre a cavalaria cujo crescente obsoletismo a remetia para jogos de guerra: as micro batalhas ensaiadas, em justas e desafios de armas, junto às muralhas da cidade cercada, ou então os grandiosos torneios que se caracterizavam pela reprodução cênica de uma tipologia de lide armada que a natureza da guerra do século XV havia erradicado dos campos de batalha. Não obstante este quadro, repare-se que, por exemplo, a morte de Pedro Vaz de Almada na refrega de Baugé, em 1421, nos é apresentada com fortes colorações cavaleirescas.

"Pedro Vaz de Almada (...) indo a França por Capitão dos Ingleses encontrando com os que fugião de sua tornou aa batalha, e desbaratou os Franceses que levavão o corpo do Duque de Clarence irmão delRei de Inglaterra morto em hum carro, e o restituído aos seus: o qual feito de armas foi mui louvado dos Ingleses e cantado em romances seus. Da qual batalha saindo Pero Vaz mal ferido das feridas morreo em Paris que entam estava por os Ingleses".
(7).

A versão que Duarte Nunes de Leão nos dá da morte deste Almada na sequência da recuperação do corpo do Duque de Clarence que, além de irmão do rei, era, à altura, o comandante das forças inglesas que ocupavam a Normandia, é muito significativa do reforço da componente inglesa ao nível das tradições familiares dos Almadadas. Reforço que já se processa no plano imaginário pois exceptuando Alvaro Vaz, nenhum outro Almada foi eleito cavaleiro da Jarreteira e por último, o socorro heróico do corpo do Duque de Clarence era, entre os ingleses, atribuído ao Conde de Salisbury.

Independentemente de qual teria sido a verdadeira natureza da participação dos Almadadas nas guerras de França (mas que é lícito supormos ter-se processado no domínio naval, campo no qual, como é sabido, a experiência de alguns capitães portugueses era muito apreciada em Inglaterra), o que é facto é que os serviços à coroa inglesa foram o fundamento do prestígio dos Almadadas, prestígio esse amplificado por um título condal estrangeiro que poucas

famílias portuguesas se orgulhavam de possuir e que rematava superiormente a meteórica enobilitação dos Almadas após 1383-85. Não seria, contudo, a pretexto do título de Avranches que se fixou e reproduziu a memória e imaginário linhagístico inglês da família Almada pois, ironicamente, a historiografia e genealogia portuguesa sempre atribuiu a instituição desse título condal ao rei de França que, aliás, veio a ser confirmado a um descendente de Alvaro Vaz de Almada por Luis XI. Como bem fez notar Frederico Fignière, o primeiro a esclarecer o equívoco no século XIX (8), a manutenção desta ideia transformava Alvaro Vaz de Almada "num mercenário sem escrúpulos" que, por um lado, recebia do rei de França o título de Conde de Avranches e, por outro, do de Inglaterra a dignidade de cavaleiro de Jarreteira. A solução deste equívoco, que se baseava no facto de os monarcas lancastrianos se nomearem durante a ocupação da Normandia reis de Inglaterra e de França, não ilibava Alvaro Vaz de Almada do seu carácter mercenário e, neste sentido, julgamos necessário desmistificar que tenha sido "hum dos mais insignes e famosos cavalleiros que em seu tempo houve em Europa", pois as mercês reais inglesas não podem ser tomadas necessariamente como um atestado de cavaleirismo e sabendo, como sabemos, que os monarcas lancastrianos não regateavam títulos condais, ou a dignidade da Jarreteria, a profissionais da guerra como o aragonês Francis de Surienne que segundo o testemunho de Monstrelet desempenhava o ofício pouco cavaleiresco de mestre artilheiro, podemos certamente precavermo-nos contra a ilusão "óptica" de tomarmos como real a imagem refractada de um Alvaro Vaz representado segundo o modelo esteriopado do cavaleiro andante. Serã, no entanto, em conformidade com esta imagem de cavaleiro andante que veremos Alvaro Vaz de Almada associado à narrativa dos Doze de Inglaterra que consagra, assim, a notoriadade cavaleiresca alquirida por este português em terras estrangeiras e que, mais ainda, introduz um aspecto suplementar da componente inglesa da memória e imaginário linhagísticos dos Almadas. Embora Duarte Nunes do Leão não alluda à presença deste cavaleiro no torneio de Londres, silêncio tanto mais significativo quanto isso não se deveria ao seu desconhecimento deste episódio cavaleiresco que, desde a primeira edi-

ção dos *Lusíadas* de Luís de Camões, se foi tão ampla e profundamente vulgarizando na memória colectiva portuguesa, o que é facto é que os nobiliários do século XVII em diante começam a reproduzir sistematicamente todas estas diversas afluências imaginárias à memória familiar dos Almadás que, recapitulando, são a origem inglesa e ancestral da família, a "empatia" de João Vaz de Almada e seus filhos por feitos de armas em Inglaterra, coroada pela atribuição da Ordem da Jarreteira à triade familiar, e, finalmente, o enquadramento de Alvaro Vaz de Almada entre os Doze de Inglaterra. Sobre este último aspecto temos como presumível que, por força do peso das tradições familiares que ligavam os Almadás a Inglaterra, Alvaro Vaz houvesse sido tardiamente acopolado a esta narrativa cavaleiresca de inspiração cortês, não obstante a sua mais antiga versão até hoje conhecida, e que aqui se encontra depositada num códice manuscrito quinhentista da Biblioteca Municipal do Porto, já registrar a presença deste Almada entre quatro dos Doze Cavaleiros que aí aparecem nomeados. Nada nos garante, contudo, que esse texto não fosse uma cópia ou que mesmo o manuscrito original não representasse já a versão literária abastarda da desta tradição narrativa que, como sugere Artur Magalhães-Basto, a quem coube o mérito da publicação deste interessante texto, se teria composto previamente nos circuitos da oralidade (9). No decurso da aprofundada análise que, fora do contexto da presente comunicação, temos estado a fazer sobre a narrativa dos Doze de Inglaterra e os cavaleiros portugueses que a protagonizam, foi-nos dado verificar que a presença de Alvaro Vaz de Almada levanta algumas contradições relativamente a dados internos ao próprio texto: primeiro, a acção narrativa desenrola-se ao longo do reinado de D. João I e as alusões feitas ao Conde Avranches nomeadamente ao episódio da sua morte em Alfarrobeira, remetem-nos para o início do reinado de D. Afonso V; segundo, os cavaleiros que comparecem ao torneio de Londres para desagrar as damas inglesas são explicitamente caracterizados como sendo naturais da Serra da Estrela - "daquelles logares que estão pella frallda da serra como trancoso pinhell" - o que entra em manifesto desajustamento com a comprovada naturalidade lisboeta de Alvaro Vaz de Almada, desajustamento esse que, aliás, é reforçado

pelo carácter reconhecidamente beirão das famílias dos outros três cavaleiros nomeados: Coutinhos, Pachecos e Homens.

A hipótese de uma interpolação tardia de Alvaro Vaz de Almada na narrativa dos Doze de Inglaterra seria, por um lado, conforme ao sulco cavaleiresco e tipicamente tardio-medieval que envolve a figura deste afamado fidalgo e, por outro, harmoniza-se com a historicidade da sua ligação familiar à coroa inglesa. Ligação que, no século XVII, será retroprojectada no mito fundacional dos Almadás o qual encobre de ficções ancestrais a ausência de costados ilustres na família e que, antes disso, haveria fundamentado o papel da Inglaterra enquanto espaço de reforço e suporte ao prestígio linhagístico de uma família que, não obstante tivesse adquirido, como tantas outras, a enobilitação e esporas de cavalaria nos campos de Aljubarrota, havia ensombrado mais tarde a sua memória em Portugal com o espectro do cadáver, decepado e insepulto, do Conde de Avranches nos campos de Alfarrobeira.

NOTAS

- 1 - Conde Almada, *Relação dos Feitos de Dom Antão d'Almada*, Lisboa, 1940, p.42.
- 2 - Duarte Nunes do Leão, ob. cit., Tomo I, Lisboa, 1774, pp. 127-28.
- 3 - "Remarques sur la littérature gënëalogique en France au XI et XII siècles", in, *Hommes et Structures du Moyen Age*, Paris, Mouton, 1973, pp. 287-298.
- 4 - "O Imaginário Português e as Aspirações do Ocidente Cavaleiresco", in, *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 9-21.
- 5 - "A Cavalaria, Romantismo 'Avant la Lettre'", in, *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, pp. 193-216.
- 6 - Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1785, p. 312.
- 7 - Idem, *Ibid*, p. 313.
- 8 - "Alguns Documentos Acerca do Conde de Avranches", in, *Panorama* (1 de Março de 1856), Vol. XIII, pp. 65-66.
- 9 - A. Magalhães-Basto (ed. de), *Relação ou Crônica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1935, pp. 34, 71, 75.

